



PROCURAÇÃO

Outorgante:		
Data de Nascimento:	Estado Civil:	
Profissão:	CPF:	RG:
Endereço:		
Cidade:	Estado:	CEP:
E-mail:		Telefone:

OUTORGADOS:

ANTONIO TORREÃO BRAZ FILHO, brasileiro, casado, inscrito na OAB/DF sob o n. 9.930, **JOÃO PEREIRA MONTEIRO NETO**, brasileiro, divorciado, inscrito na OAB/DF sob o n. 28.571, **ANA TORREÃO BRAZ LUCAS DE MORAIS**, brasileira, casada, inscrita na OAB/DF sob o n. 24.128, **PRISCILLA BRAZIL MOREIRA FREITAS**, brasileira, casada, inscrita na OAB/DF sob o n. 44.987, na qualidade de sócios do escritório **Torreão Braz Advogados**, CNPJ 37.100.880/0001-88, cujo contrato social está arquivado na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal, sob o nº 401/97, por despacho de 23.04.97, com sede no SHIS QI 5, chácara 98, Lago Sul, Brasília/DF, CEP 71.600-640.

Pelo presente instrumento de mandato, o (a) Outorgante nomeia e constitui seus procuradores os Outorgados acima nomeados e lhes confere os poderes da cláusula *ad judicium*, bem como todos os poderes especiais elencados na parte final do artigo 105 do Código de Processo Civil, a fim de patrocinar e acompanhar a Reclamação Pré-Processual n. 1058741-98.2021.4.01.3400 (acordo extrajudicial), em trâmite no Centro Judiciário de Conciliação da Seção Judiciária do Distrito Federal, proposta pela Associação Nacional dos Advogados da União (ANAUNI) e pela União Federal, que trata do direito à ausência de descontos a título de restituição da cota parte de auxílio-creche (Decreto n. 977/2013).

Para tanto, o (a) Outorgante acorda com o seguinte:

I – o Escritório Torreão Braz Advogados perceberá, a título de honorários advocatícios, 5% (cinco por cento) do valor recebido pelo (a) Outorgante;

II – o (a) Outorgante autoriza a retenção dos honorários no percentual acima indicado (5%) antes da expedição da competente requisição de pagamento, nos termos do § 4º do art. 22 da Lei nº 8.906/94;

III – o (a) Outorgante autoriza os Outorgados e os advogados por eles substabelecidos a celebrarem acordo com a UNIÃO.

_____, _____ de _____ de 2021.

(reconhecimento de firma em cartório ou assinatura eletrônica)